

DAS INSUBORDINAÇÕES E PROTESTOS À INDEPENDÊNCIA DA CAPITANIA DE SERGIPE

META

Fazer uma breve discussão sobre as vicissitudes históricas que levaram a capitania de Sergipe a se separar da Bahia no século XIX. Veremos, assim, exemplos da insatisfação dos sergipanos pelo domínio da Bahia, quais as elites que foram favoráveis à independência e quais contra. Por fim, compreenderemos o contexto favorável ao processo de independência do Brasil.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- compreender as mudanças ocorridas na capitania de Sergipe nos séculos XVIII e XIX que provocaram a independência desta capitania da Bahia;
- ter condições de comparar a situação de Sergipe nesses dois séculos com o anterior, o século XVII;
- entender a situação de São Cristóvão no novo contexto do século XIX;
- reforçar sua análise da importância dos núcleos de povoamento no período colonial.

PRÉ-REQUISITOS

O texto anterior, onde há discussão sobre a importância dos núcleos de povoamento no alicerce de construção do poder da coroa portuguesa na colonização da capitania de Sergipe



A fidelidade à Coroa rendeu frutos, elevando Sergipe a categoria de Província do Império do Brasil.

(Fontes: <http://novo.almanaquebrasil.com.br>).

INTRODUÇÃO

No texto anterior tentamos valorizar a importância dos núcleos de povoamento como parte do esteio de dominação do Estado português. Percebemos exemplos de símbolos do poder construídos nos núcleos de povoamento, como formas sutis ou violentas de alicerçar a penetração portuguesa na capitania de Sergipe. São Cristóvão foi um dos espaços prediletos nessa tentativa da Coroa portuguesa de firmar seu controle sobre as diversas áreas da capitania.

Entendemos que os símbolos da espada e da cruz se faziam presentes nos diversos espaços. O pelourinho estava ligado a essa dominação, bem como as igrejas com suas torres altas e toda a rede simbólica das missas, festas e outros símbolos e instrumentos religiosos. Também a ouvidoria e a cadeia pública faziam parte dessa tentativa de governar.

Recorde, na lição anterior, o que Raimundo Faoro escreveu sobre esses símbolos e instrumentos de autoridade nos núcleos de povoamento coloniais. Para ele “com o pelourinho se instalava a alfândega e a Igreja, que indicavam a superioridade do Rei, cobrador de impostos, ao lado do padre, vigiando as consciências”. (FAORO, 1976:140).

Você acha que a Câmara Municipal seria outro “lugar” desse domínio



Imagem que ilustrara a revolução pernambucana, essencial para a independência de Sergipe.

(Fonte: <http://3.bp.blogspot.com>).

da Coroa portuguesa, no intuito de um maior controle sobre os poderes paralelos dos donos das terras, e um outro instrumento de controle da sociedade? Como entenderíamos uma capitania subalterna como a de Sergipe, dominada por outra região, onde o Estado português também aplicava sua presença com seus símbolos e instrumentos de poder?

O espaço das vilas não seria lugares onde os criadores de gado e proprietários de terras travavam as disputas de poder com os representantes da Bahia e do Estado português?

Havia interesses comuns entre os criadores de gado e os proprietários de terras, que levavam a lutarem por reivindicações e se organizarem de forma coletiva?

A INVASÃO HOLANDESA E O SENTIMENTO DE COLETIVIDADE.

A sociedade pastoril sofreu duros golpes com a guerra holandesa. Segundo Fontes, “esse golpes provavelmente aguçaram o sentimento de solidariedade”. A sociedade saiu da guerra “decidida e árdega na defesa do que entendia serem seus direitos”. (FONTES, 1992:7). Ainda segundo Fontes: “as guerras ou conflitos sempre favorecem o despertar da consciência coletiva, quando não resultaram no aniquilamento do grupo”.

Assim que cessou a guerra contra os holandeses no território sergipano, muitos criadores de gado passaram a estar ciosos de sua autonomia e a se comportaram de forma indisciplinar e violenta, ditando regras políticas na capitania, comportando-se de modo pouco afeito às ordens do Governador Geral Duarte Coelho de Albuquerque, dificultando um controle maior da Coroa portuguesa.

Para Nunes, Baltazar Queirós de Cerqueira, capitão-mor enviado para Sergipe logo após a expulsão dos holandeses, em 1648, não dispunha de meios para impor autoridade por falta de suporte militar e, sobretudo, porque o poder era exercido pelos criadores de gado, política e legalmente representados na Câmara de São Cristóvão. Segundo Nunes, esses criadores de gado, moldados pela liberdade que os anos das lutas contra o invasor permitiram quando não havia um poder acima do que eles exerciam em suas áreas de influência, não iriam submeter-se, facilmente, às autoridades metropolitanas enviadas (NUNES, 1996: 82)

Essa citação de Nunes ajuda-nos a perceber a vila como um “espaço” também do outro, sem ser exclusivo das autoridade reais. Os senhores de terras ocuparam a câmara dividindo o poder com os representantes da Coroa.



Desenho representativo da casa de câmara. Fonte: (MAIA e outros,1979).

AS CÂMARAS E OS CONFLITOS COM A BAHIA.

Os conflitos e desavenças dos criadores de gado e agricultores com a Coroa portuguesa, o Governo Geral, Capitães-Mores e a Câmara de Salvador se amiadaram até o século XIX. As divergências com as autoridades da capitania da Bahia aumentaram na medida em que essa capitania incorporou Sergipe, logo após a Bahia não ser mais a sede do Governo Imperial, perdendo lugar para o Rio de Janeiro. Para recompensar a perda da sede do Governo Geral, foram incorporadas as capitanias, até então pertencentes a donatários – Recôncavo da Bahia, Itaparica, Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, e a Capitania de Sergipe Del Rey. Essa medida iria interferir na vida administrativa sergipana, que mesmo na condição de Capitania subalterna, estava na dependência do Governador-Geral como as demais capitanias. A partir de então, a dependência passou a ser do Governador da Bahia.

Um espaço predileto de contestação contra a Bahia foi a Câmara Municipal. A Câmara de São Cristóvão foi a única existente até os fins do século XVII, quando foram criadas as quatro primeiras vilas, e nelas erguidos os pelourinhos.

Entendemos o funcionamento das câmaras quando a situamos no esquema político administrativo do Brasil-colônia.

O desdobramento do poder real se fez através do Governador-Geral, capitães-mores, ouvidores e autoridades municipais que manipulavam um corpo burocrático sem atribuições especificamente definidas como atestam as Ordenações. Até 1603 estavam em vigor as Ordenações Manuelinas (1521-1580) e depois as Ordenações Filipinas (1580-1640). Regimentos, alvarás, cartas-régias e decretos também seriam promulgados e faziam parte do esquema político-administrativo transportado para a colônia.



Símbolo das ordenações filipinas
Fonte: (LIMA: 1999).



Ilustração representando: No primeiro plano, a administração real e municipal, emoldurada pelo poder religioso; no segundo, os habitantes da terra, a eles subordinados; no terceiro, o mar e as embarcações que ligam a América portuguesa à metrópole, vendendo distâncias e veiculando notícias. Fonte: (SOUZA,2006,anexos).

A Câmara Municipal fez parte do conjunto desse esquema. Órgão colegiado, cabia-lhe administrar a menor fração administrativa da colônia - o Município, exercendo, ao mesmo tempo, funções político-administrativas, judiciais e fazendárias. Ela só deveria existir onde havia cidade e vila, e era composta de: dois juizes ordinários, vereadores (três ou quatro), o procurador, o escrivão e o tesoureiro. As eleições ocorreriam de três em três anos, nas oitavas da Páscoa. Votavam e eram votados os homens bons, ficando de fora desse processo eleitoral os estrangeiros, escravos, operários, degredados, judeus, mulheres e índios.



Alegoria representativa da sociedade colonial. Somente os homens bons tinham privilégios (PRIORI, 2000).

Predominava na composição das câmaras da capitania de Sergipe os proprietários de terras, ligados à criação de gado e à produção de gêneros alimentícios e, às vezes, comerciantes.

Os criadores e gado e os proprietários de terras utilizavam-se da câmara como um órgão público de defesa de seus interesses. À medida em que eles foram se fortalecendo, ampliando seus poderes nas câmaras, passaram a controlar a legislação que as regia, ditando novas regras. Exerceram, assim, grande autoridade, fazendo prevalecer seus interesses no comando local.



Homens bons (RUGENDAS, 1978).

As relações de poder entre os camaristas e a coroa foram diferentes em dois momentos no período colonial: o primeiro momento corresponde aos primeiros anos da colonização. A metrópole e os proprietários de terras tinham interesses em comum na fase da colonização. Ambos necessitavam fazer a conquista do território, aniquilar os índios e empreender o povoamento e produção. A expulsão dos estrangeiros, especialmente os holandeses, tornava-se parceria importantes entre eles.

No segundo momento, a partir dos fins do século XVII, essa parceria sofria modificações. A Coroa portuguesa passou a perceber o crescimento do localismo, ou seja, do aumento do poder local. Descentralizar o poder das câmaras foi a medida mais imediata tomada pela Coroa. Procurava-se com isto diminuir o domínio dos proprietários de terras, o seu mandonismo.

Entretanto, pouco sucesso teve a coroa de minimizar o poder dos proprietários de terras. Estes e seus integrantes não cumpriam boa parte das ordenações, usando formas sutis ou violentas de protestos. Em Sergipe, essa situação começou a emergir com a expulsão dos holandeses, como anteriormente nos referimos. E os confrontos e conflitos com as autoridades vão paulatinamente aparecer, na medida em que se acirram os laços de dominação da província sergipana com a Bahia.

O aumento do poder nas câmaras por parte dos proprietários de terras (criadores de gado e agricultores) é visto pela historiografia sergipana de forma positiva, por um determinado aspecto. Foram identificados como os únicos que protestavam contra as arbitrariedades do poder metropolitano, dos ouvidores, do poder eclesiástico e das autoridades baianas.

FRENTE ÀS REIVINDICAÇÕES POPULARES – A COBRANÇA DE FINTAS

Segundo Nunes, “muitas vezes se colocaram à frente das reivindicações populares, denunciando injustiças cometidas, lançamento de impostos extorsivos, abusos dos ouvidores e capitães-mores”. Em 1695, por exemplo, a de São Cristóvão, em representação ao Governo da Bahia, pedia para não lançar ao povo a cobrança de quatro mil cruzados de finta. (NUNES, 1996:83-84)

Ao longo do século XVIII outros exemplos se sucederam dessa reação dos camaristas. Estes continuaram a reclamar dos abusos do lançamento dos impostos cobrados pela Bahia para atender as necessidades da elite agrária baiana e da Coroa Real. A capitania da Bahia era cobrada pela Metrópole a contribuir com finta (imposto) e essa mesma capitania repassava essa cobrança para Sergipe, capitania subalterna. Em 1729, por exemplo, os camaristas de São Cristóvão protestaram contra a cobrança de finta no valor de 12 mil cruzados anuais para os gastos do casamento do príncipe português com a princesa da Espanha. A Bahia forçava a câmara de São Cristóvão e as demais da capitania a arrecadarem esse fundo. Os camaris-

tas sergipanos indagam por que essa cobrança era feita sem verificar as condições financeiras dos moradores da Capitania. (NUNES, Idem:84)

Outro exemplo foi a cobrança de finta para a reconstrução de Lisboa, atingida pelo terremoto de 1755, onde morreram, certamente, mais de 10 mil pessoas. A Bahia novamente queria que a Capitania de Sergipe também arcasse com fintas. Várias câmaras sergipanas protestaram. Uma delas foi a da Vila de Itabaiana, em 1762. Nessa vila, os camareiros nutriam insatisfação com as intransigências das autoridades baianas com a capitania sergipana e não foram raros os protestos ao Governo Geral sobre essas intransigências.

FRENTE A OUTROS TIPOS DE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA

As câmaras de Santo Amaro, Santa Luzia e São Cristóvão se insurgiram quando o governo da Bahia determinou a remessa de gêneros alimentícios, especialmente a farinha de mandioca, para suprir as necessidades ali existentes, inclusive fixando o preço de venda, prejudicando o consumo da população local. Em 1752, a Câmara de São Cristóvão solicitava providências para inibir o embarque da farinha para a Bahia em prejuízo da alimentação dos sergipanos. Outro caso que gerou esse tipo de denúncia foi efetivado contra um farinheiro que acumulava farinha para vender mais caro à Bahia, prejudicando a população nas feiras onde esse produto estava escasso. (NUNES, op. Cit.,p.86-87)

Os protestos dos camaristas se tornaram ainda maior com a situação da grande seca de 1770. A farinha atingiu alto preço, exportada para a Bahia, assim como outros gêneros alimentícios.

FRENTE ÀS INTERFERÊNCIAS DOS OUVIDORES

Os camareiros reclamavam que os ouvidores invadiam sua jurisdição. Em 1713, por exemplo, os camaristas de São Cristóvão protestaram contra essas interferências retirando-se da cidade para suas fazendas, paralyzando a administração. Em 1724, os camaristas de São Cristóvão denunciavam ao Rei que os Ouvidores Gerais não só atrapalhavam os juizes ordinários, como inventavam meios para juntarem dinheiro em prejuízo dos vassalos.

FRENTE À COBRANÇA DE FINTA NA PASSAGEM DE GADO PELO RIO REAL

Os camareiros ficaram indignados com a cobrança de finta na passagem de gado pelo Rio Real, bem como sua comercialização para a Bahia e Pernambuco. Essa medida atingia diretamente os interesses do poder econômico em Sergipe, formado pelos criadores de gado.

FRENTE ÀS AUTORIDADES ECLESIASTICAS

A Câmara da Vila de Santa Luzia, em 1718 denunciou ao Governador-Geral, Marquês de Angeja, contra “os escandalosos excessos “do Vigário da Freguesia, Antônio de Souza Castelo Branco.

Em 1724, de igual forma, os vereadores de São Cristóvão denunciavam os escândalos do vigário da Matriz, Pe. Antônio Brum.

Também fez o mesmo a câmara da Vila de Lagarto em 1782. Os camareiros atenderam à reclamação do povo sobre os abusos do Vigário Teodoro Simeão Lopes, na freguesia.

Outras tantas reivindicações fizeram parte do cotidiano das câmaras, a saber: limites entre Sergipe e a Bahia e entre Sergipe e Alagoas; a abertura de escolas, a concorrência do comércio com os mascates - mercadores ambulantes – vindos da Capitania de Pernambuco; demarcação de áreas territoriais ante o choque entre agricultores e criadores de gado, ocorrido a partir da segunda metade do século XVIII, sobretudo nas vilas de Lagarto e Itabaiana; a luta para resolver a falta de prédios públicos.

AS CÂMARAS E A INDEPENDENCIA DO BRASIL E SERGIPE

Em Sergipe, as Câmaras teriam participação destacada a partir da recepção festiva ao Governador Carlos César Burlamaqui em fevereiro de 1821. A Câmara de São Cristóvão apoiou Burlamaqui logo no início quando ele foi nomeado o primeiro governante de Sergipe, por parte de D. João VI. Todavia, ante os acontecimentos que se desenvolveram na Bahia, jurou obediência à Junta Governativa que lá se instalara e se expressava arbitrariamente contrária à independência de Sergipe e à posse desse primeiro governante. Segundo Nunes, a atitude destes donos de poder que, direta ou indiretamente, influenciavam a Câmara de São Cristóvão, decorreu da dependência financeira em que viviam dos comerciantes portugueses da Bahia. (1996:91)

As demais Câmaras sergipanas tiveram idêntica atitude. Todas as câmaras de Sergipe receberam intimação das autoridades baianas para que não fossem obdecidas as ordens vindas do Rio de Janeiro. Entretanto, nem todas as câmaras seguiram essas ordenações. A câmara de Itabaiana, por exemplo, se insurgiu em 27 de dezembro de 1821, convocando as congêneres para uma reunião a ser realizada em São Cristóvão para tratar da difitiva autonomia da capitania, conforme previsto na Carta Régia de 08 de julho de 1820, outorgada por D. João VI.

Havia interesses internos em conflito, divergências entre criadores de gado e plantadores de Itabaiana. Entretanto, uma unidade existia entre eles: a imposição dos interesses baianos ligados aos senhores do açúcar e dos comerciantes. Todavia, como nos referimos, nem toda a aristocracia

açucareira sergipana fazia oposição às explorações baianas e nem eram a favor da independência de Sergipe. Muitos líderes dessa aristocracia, como Bento de Mello Pereira, José de Barros Pimentel e Guilherme Nabuco, adotaram posições vacilantes ou contrárias entre si, por motivos comerciais ou familiares. Os líderes do agreste e do sertão, como Joaquim Martins Fontes e José Mateus Leite Sampaio, posicionaram-se decisivamente a favor da independência do Brasil e de Sergipe.

OS CAPITÃES-MORES E O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DE SERGIPE

Choque de interesses entre capitães-mores e ouvidores-mores pendurou durante todo o período colonial. Os capitães-mores se envolviam em jurisdição com os ouvidores e, muitas vezes, usufruíam do poder pessoal em questões particulares com os proprietários de terras, envolvendo-se nas lutas entre as facções da elite agrária ligada à criação de gado ou à agricultura, ou aos produtores de açúcar. Muitos deles também favoreceram os interesses baianos em detrimento da capitania de Sergipe.

Todavia, no início do século XIX essa situação passou a ser diferente na administração de alguns Capitães-Mores. Um exemplo foi a administração do capitão Manuel Inácio de Mesquita Pimentel (1803/1814). Este passou a se preocupar mais com problemas administrativos da capitania de Sergipe, não apenas envolvendo-se nas lutas entre as facções da elite agrária. Para Nunes, “sem compromisso com os potentados locais, seus atos visaram à realidade sergipana como um todo, e não segundo os interesses dos grupos locais”. (NUNES, 1996:135)

Em correspondência às autoridades régias, Pimentel expôs as dificuldades por ele enfrentadas. Cita, por exemplo, a violência impetrada pelos criminosos, a situação das milícias sob a dependência dos senhores de terras, os problemas de canalizações dos rios navegáveis e a falta de interligações dos rios Sergipe e Vaza-Barris, da ligação do rio Poxim com o Santa Maria e a falta de pesquisa séria em busca de metais preciosos e salitre.

Além de expor os problemas às autoridades, esse Capitão-Mor passou a se interessar na elaboração dos projetos visando a resolver esses problemas. Entre os seus projetos destaca-se o da canalização dos rios navegáveis, interligando as bacias dos rios Sergipe e Vaza-Barris, o que possibilitaria o comércio entre a cidade de São Cristóvão e a rica zona da Cotinguiba. Outro interesse de Pimentel estava direcionado para as pesquisas mineralógicas. Alguns técnicos se dirigiram à serra de Itabaiana, iniciando as explorações de ouro de aluvião. Também se preocupou com a exploração do salitre na região sanfranciscana.

Todos os seus projetos e relatórios foram encaminhados ao Governo da Bahia, acompanhados de representação onde se apresenta a importân-

cia dessas realizações para o progresso de Sergipe. Entretanto, não houve qualquer demonstração de interesse daquela autoridade para sua execução.

Os silêncios e a negação aos seus projetos por parte das autoridades baianas contribuíram para que esse Capitão-Mor percebesse “o quanto a Capitania de Sergipe era prejudicada pela dependência política da Capitania da Bahia” (NUNES, 1996:136). Percebesse, de igual maneira, outras situações de prejuízos à elite agrícola e comercial, como as perdas financeiras decorrentes das limitações que enfrentava o comércio sergipano.

Essa reflexão de Pimentel levou-o a solicitar a D. João VI a emancipação política de Sergipe. Para NUNES esse gesto o torna “um dos pioneiros da emancipação sergipana” (op. Cit).

A ECLOSÃO DA REVOLTA PERNAMBUCANA E O REFLEXO NA INDEPENDÊNCIA DE SERGIPE

Em 1817, explodia em Pernambuco a revolução que se alastrou por outras capitanias do Nordeste. As autoridades régias recebavam a propagação das ideias pelas margens do Rio São Francisco, via Penedo. Todavia, esse perigo não era real porque em Sergipe não reunia condições para adesão ao movimento pernambucano, por vários motivos. Primeiro não havia entre os proprietários de terras ou comerciantes as ideias liberais presentes na revolta pernambucana. Segundo, muitos proprietários de terras sentiam-se ameaçados pela onda revolucionária pernambucana ante a inquietação social vivida na época, provocada pela crise de gêneros alimentícios.

A Capitania de Sergipe tornar-se-ia a retaguarda das tropas contra-revolucionárias. Os senhores de terra procuraram impedir que os revoltosos cruzassem o São Francisco e influenciassem a camada mais pobre da população. Eles consideravam a vila alagoana de Penedo um perigo, por ser um centro de irradiação revolucionária. Uma das medidas tomadas foi cortar toda comunicação com a Capitania de Pernambuco, impedindo a ida de víveres, e, simultaneamente, enviar tropas para as margens do São Francisco. Outra medida adotada foi arregimentar tropas necessárias a esse propósito.

As tropas sergipanas juntaram-se às baianas e empreenderam a invasão de Penedo, prendendo o Coronel e o Sargento-mor, cabeças da sublevação, e os enviando para a Bahia. Também aprisionaram todas as embarcações que se dirigiam para aquela Vila.

Na coroa portuguesa, D. João VI sentia-se grato com a participação da elite sergipana no processo de expansão da revolução pernambucana de 1817. Pouco tempo depois, em 8 de julho de 1820, em Carta Régia, concedia à Capitania de Sergipe autonomia em relação à Capitania da Bahia. Também por carta régia, era nomeado Carlos César Burlamaqui para ser o primeiro governante.

Sua administração teria, porém, curta duração. A Bahia descumpria as medidas tomadas por D. João VI. Uma força armada procedente de Salvador chegou a Sergipe e prendeu Burlamaqui, com o apoio de diversos senhores de terra locais.

Nessa mesma ocasião, acontecia o levante das tropas aquarteladas no Forte de São Pedro, sob o comando de Manuel Pedro Freitas Guimarães e alguns populares. Em seguida, a Câmara Municipal de Salvador aclamava a adesão da Bahia à Revolução Constitucionalista em Portugal, a revolução liberal do Porto, em 1820.

Portugal tinha sido invadido por Napoleão em 1808, a corte migrou para o Brasil enquanto os ingleses iam dominando Portugal, logo após a expulsão dos franceses. Além desses dilemas, D. João continuava no Brasil, mesmo com a libertação de Portugal, e dava ampla liberdade econômica à colônia, prejudicando o comércio português e levando a economia a uma situação desesperadora.

Em 1818, na cidade do Porto, criou-se uma associação liberal, inspirada no exemplo da Revolução Francesa. Em agosto de 1820, foi lançado um manifesto à nação, de autoria de Fernandes Tomás, eclodindo a revolução, e é formada uma Junta provisória do Governo Supremo do Reino. Da cidade do Porto chega a Lisboa, tornando-se um movimento nacional.

A revolução se propagou para o Brasil. Chegou primeiro ao Pará e depois à Bahia. Em Salvador, destacou-se o jornalista Cipriano Barata. Formou-se rapidamente uma Junta Governativa que jurou fidelidade à Constituição, que ainda ia ser elaborada em Lisboa.

A notícia dos acontecimentos na Bahia chegou ao Rio. Sem alternativa, mediante crescente oposição e pressão política, D. João VI retornou a Portugal e nomeou como regente do Brasil seu filho e herdeiro D. Pedro.

D. Pedro I não retorna a Portugal e aclama a independência do Brasil na Metrópole. Para a efetivação dessa independência, tropas passaram a combater os redutos de portugueses contrários a essa medida tomada pelo príncipe imperial. As tropas imperiais tinham também como missão aclamar D. Pedro I. O General Pedro Labatut liderou várias batalhas no interior da Bahia e em Sergipe e aclamou o imperador. Na Câmara de São Cristóvão, também D. Pedro foi aclamado como Príncipe Regente, atitude acompanhada pelas Câmaras das demais vilas.

Por Carta Imperial de 5 de dezembro de 1822, Pedro 1 confirmava a Carta Régia de D. João VI, de 8 de julho de 1820, concedendo a autonomia a Sergipe.

TEXTO DE APOIO

Na história de Sergipe, o 8 de julho significa sua data maior. A Carta Régia de D. João VI, de 8 de julho de 1820, tornava a Capitania de Sergipe independente do governo da Bahia, conforme dizia:

Convindo muito ao bom regime deste Reino do Brasil e à prosperidade a que lhe proponho elevá-lo, que a Capitania de Sergipe d' El Rei tenha um governo independente da Bahia. Hei por bem isentá-la absolutamente da sujeição em que até agora tem estado do governo da Bahia, declarando-a independente para que os governantes dela a governem na forma praticada nas mais capitanias independentes, comunicando-se diretamente com as Secretarias d' Estado competentes, e podendo conceder sesmarias na forma das minhas Reais Ordens.

Como capitania subalterna, Sergipe estava sujeito a atos de prepotência exercidos pelas autoridades vinculadas à Bahia. O comércio internacional, quer de exportação ou de importação, só poderia ser feito através do porto de Salvador, o que encarecia os produtos vendidos ou comprados, incluindo a compra de escravos africanos. As rendas desse comércio ficavam para a Capitania da Bahia, prejudicando a vida econômica sergipana. (...)

A prosperidade econômica que a Capitania de Sergipe vinha alcançando no começo do século passado, teria influenciado no ato de D. João VI, em 1820. Concorreu, também, a reforma político-administrativa que acontecia, então, no Reino Unido do Brasil e Portugal, e que se estendeu a outras capitanias. Em algumas vilas, especialmente em Santo Amaro e Estância, começou um movimento contra Burlamaque (primeiro governador de Sergipe nomeado por D. João VI) liderado por senhores de engenho portugueses e alguns brasileiros ligados, financeiramente, à Bahia.

Os fatos, que marcam o início do ano de 1822, no âmbito nacional, vão influenciar os acontecimentos de Sergipe. Em janeiro, o Príncipe D. Pedro, desobedecendo às ordens das Cortes de Portugal, permaneceu no Brasil. Em fevereiro, violentamente, o General Madeira de Melo assumiu o governo da Bahia, passando a obedecer diretamente às Cortes de Lisboa, desconsiderando as ordens do Príncipe-Regente D. Pedro, que estava de retomo a Portugal. Contra Madeira de Melo, levantou-se a Câmara da Vila de Cachoeira, que, unindo-se a outras povoações do Recôncavo baiano e aos patriotas que abandonaram a capital, aclama D. Pedro como Príncipe-Regente, elegendo uma Junta Governativa. Estes fatos influenciariam para que se confundissem num mesmo processo a luta dos sergipanos pela autonomia de sua

Província, e sua participação no processo da independência nacional. Era importante ao governo de Madeira de Melo, em Salvador, manter o domínio sobre o território sergipano para garantir-lhe o abastecimento de produtos alimentícios e, sobretudo, do gado vacum e cavalari.

Seguiu-se um período difícil para os patriotas de Sergipe ante o apoio que Madeira de Melo dava ao grupo recolonizador, que lhe pedia auxílio contra pessoas que “induziam e persuadiam os Povos desta Cidade e Comarca para nela estabelecer um governo independente” da capital baiana.

O governo de Madeira de Melo começou a legislar para Sergipe. Nomeou como Ouvidor o Bacharel Manuel Coelho, e determinou que não fossem acatadas as ordens vindas do Rio de Janeiro, sendo obedecido, sem contestação, pelas autoridades locais. Ainda expediu uma ordem-circular determinando que em Sergipe fosse feito o recenseamento dos eleitores das paróquias a fim de poderem eleger, em 1 de fevereiro de 1822, o governo da Bahia que, assim, seria também o seu governo. Contra essa convocação, insurgiu-se, apenas, a Câmara da Vila de Itabaiana, que se dirigiu às outras Câmaras sergipanas convidando para uma reunião no dia 15 de janeiro, quando elegeriam o Governo Provisório de acordo com a Carta Régia de 8 de julho de 1820, diploma legal que havia concedido autonomia a Sergipe. Para essa atitude de desafio, concorreu a liderança do Capitão-mor José Matheus Leite Sampaio. Não seria, porém, escutado seu apelo, pois ainda eram muito fortes os laços que ligavam os senhores de terra de Sergipe aos comerciantes portugueses de Salvador, poderosos, apoiados que se encontravam por Madeira de Melo.

Ante a gravidade dos acontecimentos na Bahia, D. Pedro, em julho de 1822, enviou uma pequena força naval para auxiliar os patriotas baianos que se encontravam sob a pressão das tropas de Madeira de Melo. Ao desembarcarem, as tropas eram comandadas por Pedro Labatut, general francês a serviço do Brasil, com larga folha de atividades prestadas à Independência da América Espanhola. Impossibilitados de desembarcar no litoral da Bahia pela presença vigilante da esquadra portuguesa, as tropas desembarcaram no litoral de Alagoas. Recebendo reforços de Pernambuco, o chamado Exército Pacificador alcançou Penedo em fins de setembro, encontrando resistência das tropas sergipanas de Pedro Vieira de Melo, ligado ao Brigadeiro Madeira de Melo. Enquanto, porém, Labatut procurava negociar com as autoridades de Sergipe o fim das hostilidades e a adesão ao Príncipe-Regente, “supreso”, em 02 de outubro tomou conhecimento da aclamação festiva de D. Pedro pelos habitantes de Vila Nova e da adesão da Câmara local “à sagrada Causa do Brasil”. Transpondo o rio São Francisco com um contingente de cerca de 500 homens, Labatut deslocou-se para Laranjeiras, a mais importante povoação de Sergipe, centro da principal zona açucareira sergipana, a Cotinguiba. A

12 de outubro, aí lançou uma Proclamação aos Habitantes de Laranjeiras prometendo-lhes o esquecimento dos atos do passado, exceto o perdão para alguns portugueses ali residentes que tiveram seus bens confiscados. À Capital, a cidade de São Cristóvão, chegou a 18 de outubro, e já os principais adeptos de Madeira de Melo a haviam abandonado. Daí seguiu para Estância, que também já aderira a favor do governo de D. Pedro, onde receberia auxílio em homens e mantimentos. Seguiu para a Bahia, alcançando o Recôncavo “sem perder um só homem, nem uma só arma”, já integrando sua tropa muitos sergipanos que participariam da expulsão dos portugueses da Bahia.

A facilidade encontrada por Labatut para pacificar Sergipe é explicada graças à participação do Capitão-mor da Vila de Itapicuru, João Dantas dos Reis Portátil, ou João Dantas dos Imperiais Itapicuru, como na época se passou a chamar (fato comum dentro da onda nativista que envolvia o país). Grande senhor de terra naquela região, foi eleito por sua Vila membro do Conselho Interino do Governo da Cachoeira, participando, até o final da luta, de todos os acontecimentos.

A atuação de João Dantas precedera a de Labatut em terras sergipanas, datando dos meados de setembro de 1822, e explica por que o General francês, “surpreso”, observou, a partir de 2 de outubro, desaparecer a resistência existente nas margens do São Francisco, sem que fosse preciso disparar um só tiro. João Dantas, em 24 de setembro, chegara à povoação de Nossa Senhora dos Campos (atual cidade de Tobias Barreto), desfazendo a resistência ali montada, e fez que D. Pedro fosse aclamado como Príncipe-Regente do Brasil, a primeira aclamação realizada em Sergipe. Encaminhou-se para as Vilas de Santa Luzia e Lagarto, conseguindo idêntica aclamação. A notícia desses fatos fez que o Brigadeiro Pedro Vieira de Melo e seus seguidores cessassem a adesão a Madeira de Melo. No dia 1 de outubro realiza-se a Aclamação do Príncipe-Regente Constitucional, Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil, D. Pedro. Ainda não havia chegado a notícia da Independência do Brasil, só conhecida de Labatut nos fins de outubro. (...)

Em 5 de dezembro de 1822, D. Pedro, por Carta Imperial, confirmava a Carta Régia de D. João VI que concedera a autonomia a Sergipe, ao mandar que o governo da Bahia se organizasse de acordo com o decreto de 5 de julho daquele ano, “excetuando, porém, a antiga comarca de Sergipe d’ El Rei, que em virtude do Decreto de 8 de julho de 1820 se acha constituída em Província separada da Bahia”.

Em 25 de novembro de 1823, D. Pedro 1 nomeava o primeiro presidente da Província de Sergipe, o Brigadeiro Manuel Fernandes da Silveira, que tomaria posse em 5 de março do ano seguinte.

Não foi pacífica a confirmação da Independência de Sergipe, demonstram os acontecimentos vividos desde a deposição do Brigadeiro Carlos César

Burlamaque em 19 de fevereiro de 1820. Não se alterara a estrutura sergipana; os interesses provinciais continuaram a girar em torno dos grandes senhores de terra, sobretudo da zona do Cotinguiba. Ficariam, porém, na população urbana forte tendência antilusitana manifestada em denúncias e perseguições aos portugueses aqui residentes, e um sentimento de rebeldia aos atos vindos das autoridades, principalmente nas Câmaras Municipais.

NUNES, Maria Thétis **O Significado do 8 de Julho na História de Sergipe** Aracaju \ Sergipe: Impresso e distribuído pela Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer, na comemoração da Independência política de Sergipe, 1998. (texto adaptado).

CONCLUSÃO

Os conflitos dos sergipanos com a Bahia corroboraram sensivelmente para o sergipano ter uma consciência de comunidade, de sergipanidade, defende Fontes. Para este autor, a consciência de constituir uma comunidade de vida distinta da baiana caminhou, pelo dinamismo inerente ao processo vital de diferenciação, no sentido de autonomia. Acredita esse autor que o próprio desenvolvimento de Sergipe, advindo com a prosperidade econômica do açúcar, desde o século XVIII, prepara e favoreceria na comunidade a consciência de sua força e de sua necessidade de autodirigir-se. (FONTES, op. Cit, p.9)

Segundo Terezinha Oliva “toda a História de Sergipe no período colonial é marcada pelo esforço de construção de uma sociedade sempre em conflitos com os interesses do colonizador”.

Nesse sentido, entendemos a independência de Sergipe como parte das vicissitudes ocorridas na longa duração da relação de dominação com a Bahia. Não percebemos somente como um ato de decreto, assinado por D. João VI.

RESUMO

Nesse texto, você percebeu como a câmara tornou-se um “lugar” importante de luta de poder dos criadores de gado e senhores de terras ao lado dos representantes do governo da Bahia e da Coroa portuguesa. A cidade de São Cristóvão e as vilas tornaram-se espaços, também, do potentado rural. Essa ocupação do espaço pelos senhores de gado e da agricultura serve-nos para entender a importância dos núcleos de povoamento no período colonial.

Também nesse texto podemos apreciar parte dos séculos XVIII e XIX, continuação do processo da colonização de Sergipe e o processo em que desencadeou a independência da Bahia. Apontamos as diversas reações da elite sergipana frente ao domínio da Bahia. Destacamos que os líderes do agreste e do sertão se diferenciam dos líderes mais ligados à cana-de-açúcar no vale da Cotinguiba. Por fim, discutimos como se deu o processo da independência com a Bahia.





ATIVIDADES

1. transcreva o hino sergipano (perscrute na internet) e em seguida interprete-o conforme o texto principal desta lição;
2. qual a importância das câmaras para o processo de independência de Sergipe.
3. continue construindo seu blog. Aponte como se deu a independência de Sergipe e a reação da Bahia ao decreto de 08 de julho de 1820.

REFERÊNCIAS

- BACELLAR, José Teixeira da Matta. Relação abreviada da cidade de Sergipe Del Rey, Povoações, Vilas Freguesias e suas denominações. Arquivo do IHGSE. Apud: NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820**, Rio de Janeiro: Editora Cátedra \ Instituto Nacional do livro, 1978, p. 174-179.
- BIGALHO, Maria Fernanda. **As Câmaras Municipais no Império Português: O Exemplo do Rio de Janeiro**. Rev. bras. Hist. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998. Vide: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-1881998000200011&script=sci_arttext Cap. em 12.12.2009
- BOXER, C. R. **O Império Colonial Português (1415-1825)**. Lisboa, Edições 70, 1981.
- BURLAMAQUI, Carlos Cesar. **Memória histórica e documentada dos sucessos acontecidos em Sergipe d'el rey sendo Governador daquela Carlos Cesar Burlanaqui, que foi criar, em independente, e separada totalmente da Bahia por decreto de sua Magestade Fidelíssima de 8 de julho de 1820 e carta patente de 25 do mesmo mês e ano**, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1821.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo, 1976.
- FONTES, Silvério Leite. **A Formação do Povo Sergipano**. São Cristóvão: Programa de Documentação e Pesquisa em História/Cadernos do PDPH, 1992.
- FERNANDES, José Antônio. Informações da Capitania de Sergipe em 1821, **RIHGB**, tomo 55, ano 1892.
- GARCIA, Rodolfo. **Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)** São Paulo: Jose Olympio, 1975.
- LAURA, Silva Hunold. **Ordenações Filipinas**. São Paulo: Cia das Letras, 1999, Livro 5.
- LEONZO, Nanci. **Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: As Milícias**, Tese de doutoramento, USP, 1979, (mimeo).
- LIMA JUNIOR, Francisco Antônio de Carvalho. **Manuscritos**, APES, Arquivos Particulares. Apud. NUNES, Maria Thetis. A Estrutura do Poder Colonial: as câmaras municipais. In: Sergipe Colonial II, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996

MAIA, Tom; NASCIMENTO, José Anderson e MAIA, Thereza Regina de Camargo. **Sergipe Del Rey**. Rio de Janeiro: Companhia da Editora Nacional, 1979

MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. **Bahia. Século XIX: Uma província do Império**. 2ª ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. A Centralização Política e os Poderes Locais Ultramarinos: As Câmaras Municipais e os Corpos Militares. **HISTÓRIA SOCIAL** Campinas – SP, NO 11, 153-172, 2005. Cap. em 08.12.2009 .<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/historiasocial/article/viewFile/68/66>,

_____. **“Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII. As capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do império português no centro-sul da América”**. Rio de Janeiro: UFF, 2002 , tese de doutorado (Mimeo).

MELO, Rodrigo. **Patriarcas e Carreiros**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1954.

NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820**, Rio de Janeiro: Editora Cátedra\ Instituto Nacional do livro, 1978

_____. A Estrutura do Poder Colonial: as câmaras municipais. In: **Sergipe Colonial II**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996,p.76-101.

_____. A Dinâmica do Poder na Capitania de Sergipe Del Rei (1) In: **Sergipe Colonial II**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p.102-124

_____. A Dinâmica do Poder na Capitania de Sergipe Del Rei (2). In: **Sergipe Colonial II**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996 p.125-146

_____. O significado do 08 de julho na história de Sergipe. Aracaju, SEES\ governo do Estado, 1998

OLIVA, Terezinha. Estruturas de Poder. IN: DINIZ, Diana M. **Textos para a História de Sergipe**. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Banese, 1991.

PUJOL, Gil Xavier, “Centralismo e Localismo? Sobre as relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos Séculos XVI e XVII”, In: **Penélope - Fazer e Desfazer a História**, n. 6, Lisboa, 1991.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Rio de Janeiro; Circulo do Livro, 1978.

SILVA, Evandro Marques Bezerra da. Mandos e Desmandos: OS Ouvidores da Capitania de Pernambuco (1720-1780). ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. **Mneme – Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. <Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser Nobre na Colônia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

SCHNOOR, Eduardo. Os Senhores dos Caminhos: A elite na transição para o século XIX. In: PRIORI, Mary Del (Org.) **Revisão do Paraíso. Os Brasileiros e o Estado em 500 anos de História**, Rio de Janeiro: Campus, 2000,p. 161-208.

SOUZA, Bernadino José de. **Ciclo do Carro de Bois no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

SOUZA, Laura de Melo. **O Sol e a Sombra. Política e administração na América Portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Editora da Unesp; Salvador, Ba: EDUFBA, 2001.

WEHLING, Arno e WEHLING Maria José. O Funcionário Colonial entre a sociedade e o rei. In: PRIORI, Mary Del (Org.) **Revisão do Paraíso. Os Brasileiros e o Estado em 500 anos de História**, Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 141-159.